

Nº entrada DGIP	Entidade Exterior	Referencia/Data	Local/Assunto
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa DGIP 3 MAIO 2023 Ente 37736	Câmara Municipal de Lisboa	03/05/2023	Prédio nr. 711 - AV José Malhoa, 3 a 3B Processo nr. 162/EDI/2020_Pedido de Licenciamento_DEFERIDO 12592/INF/DMURB

Despacho/Data/Assinatura

X Aut. RUTE RIBEIRO
Solicito a direção das necessidades em vista a execução da fase 4
do contrato de prestação de serviços decorrentes do P. de 1.º M.º
em unidade em prazo estabelecido.

c/c Aut. INF. M.º
INT. PEDRO GONÇALVES

 5.4.2023

Despacho/Data/Assinatura

Joana Mateus
Diretora
Direção de Projetos e Obras
DGIP

Despacho/Data/Assinatura

Despacho/Data/Assinatura

Elsa Alexandra Guerreiro da Costa

De: Inês Videira Lopes de Andrade Miranda
Enviado: 3 de maio de 2023 13:46
Para: Elsa Alexandra Guerreiro da Costa
Assunto: FW: (ENTRADA) Processo : 162/EDI/2020
Anexos: 162EDI2020_DEFIRO_RelevLim_signed.pdf

Boa tarde Elsa,

Para dar entrada sff.
Obrigada

Cumprimentos,

Inês Videira Miranda
Diretora

Unidade de Apoio Técnico
Direção de Projetos e Obras
Departamento de Gestão Imobiliária e Património Largo Trindade Coelho
1200-470 Lisboa
Tel. 213 235 883 | Ext. 10883
Telemovel: 930 434 161
Email: ines.vmiranda@scml.pt
www.scml.pt



-----Mensagem original-----

De: Leila Alexandra Brito Duarte Costa <leila.costa@scml.pt>
Enviada: 3 de maio de 2023 12:04
Para: Inês Videira Lopes de Andrade Miranda <ines.vmiranda@scml.pt>
Assunto: (ENTRADA) Processo : 162/EDI/2020

Bom dia Inês,

Envio em anexo o documento recebido da CML do prédio sito na Av. José Malhoa, 3-3B

Com os melhores cumprimentos,

Leila Costa

Unidade de Apoio Técnico
Direção de Projetos e Obras
Departamento de Gestão Imobiliária e Património Largo Trindade Coelho
1200-470 Lisboa
Tel. 213263015 / Ext:11015
Email: leila.costa@scml.pt / www.scml.pt

-----Mensagem original-----

De: dmu.dagu.dslal@cm-lisboa.pt <dmu.dagu.dslal@cm-lisboa.pt>

Enviada: 3 de maio de 2023 11:33

Para: Projectos Urb. SCML <projetos.urb@scml.pt>

Assunto: Processo : 162/EDI/2020 - 162/EDI/2020

Exmos(as) Senhores(as)

Nos termos e para os efeitos do artigo 114º do Código do Procedimento Administrativo, fica V. Ex.ª notificado de que, por despacho da Senhora Vereadora Joana Almeida, o pedido de licenciamento que deu origem ao processo referido em assunto, foi DEFERIDO, conforme informações e despachos que se anexam.

As taxas calculadas deverão ser pagas antes da emissão do(s) alvará(s).

O requerimento para emissão do(s) alvará(s) deverá ser entregue no prazo de um ano, acompanhado dos elementos indicados na informação em anexo e deverá ser enviado, exclusivamente, através da Loja Lisboa Online. Para tal, e caso ainda não o tenha feito, deverá efectuar o registo para se autenticar e submeter o pedido.

Eventuais pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Divisão de Atendimento, através dos números 808203232 / 218170552 ou do formulário contacte-nos e na questão "O que pretende?", selecione > Ser informado / esclarecido > Urbanismo.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora de Departamento

Luisa Nobre

Por subdelegação de competências

Despacho nº 1/DMU/CML/2022, de 08/03/2022

Qualquer resposta a esta mensagem deve ser encaminhada para :

Divisão de Saneamento Liminar e Apoio Ao Licenciamento

| lisboa.pt | 808 203 232 / 218 170 552 | informacoeseservicos.lisboa.pt/contacte-nos



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete da Vereadora Joana Almeida

Processo:162/EDI/2020

Informação nº 12592/INF/DMURB_DepAGU_DivSLAL/GESTURBE/2023

DEFIRO

Nos termos e com os fundamentos constantes na informação e despachos inseridos no sistema Geslis e que se anexam ao presente despacho.

A Vereadora

Joana Almeida

Por delegação e subdelegação de competências, nos termos do Anexo I do Despacho nº 229/P/2022, publicado no 2º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1505, de 22/12/2022.

Assinado por: **MARIA JOANA CORUCHE DE CASTRO E ALMEIDA**
Num. de Identificação: 09967081
Data: 2023.05.02 16:41:45+01'00'





C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO
DEPARTAMENTO DE APOIO À GESTÃO URBANÍSTICA

Processo n.º 162/EDI/2020
Local: Av. José Malhoa, 3-3B

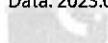
Exma. Senhora Vereadora,

O presente pedido encontra-se abrangido pelo Despacho n.º 172/P/2022, que definiu a otimização da cadeia de decisão para obras de menor impacto urbanístico.

Proponho o deferimento do pedido de licenciamento, devendo a execução das obras observar as condições constantes na folha de controlo.

P'la Diretora do Departamento de Apoio à Gestão Urbanística,
A Chefe da Divisão de Saneamento Liminar e Apoio ao Licenciamento
Por subdelegação de competências
Despacho n.º 3/DMU/DAGU/2022
1º Sup. Ao B.M. n.º 1481 07/07/2022

Assinado por: **CRISTINA BENTO DIAS LOPES**
Data: 2023.04.29 00:27:27+01'00'



CARTÃO DE CIDADÃO





Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Apoio à Gestão Urbanística
Divisão de Saneamento Liminar e Apoio ao Licenciamento

Folha n.º

Informação

N.º 12592/INF/DMURB_DepAGU_DivSLAL/GESTURBE/2023

Data

27-04-2023

Assunto: Ampliação

Processo n.º 162/EDI/2020

Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Local: Avª José Malhoa, 3-3B

Freguesia: Campolide

Despacho

O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento de obras de ampliação de edifício para uso terciário, com impacte relevante, aprovado sem condicionantes por despacho do Sr. Vereador Ricardo Veludo, de 23.9.2021.

Foram apresentados o formulário das especialidades e os projetos/isenções das especialidades de engenharia necessários para a operação urbanística aprovada, instruídos em conformidade, nomeadamente as especialidades de estabilidade, demolição, esgotos, ventilação, térmica, segurança contra incêndio, ruído, elevadores, eletricidade, telecomunicações e rede de águas.

Os termos de responsabilidade dos autores dos projetos juntamente com as declarações de inscrição na associação pública respetiva, são garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos projetos, excluindo-se a sua apreciação prévia, em conformidade com o n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, salvo nas situações em que estas mencionem algum incumprimento.

Considerando que a identificação, no termo de responsabilidade, da legislação que foi observada na elaboração do projeto é meramente exemplificativa e que a sua incorreta ou insuficiente discriminação não prejudica a responsabilidade civil, contraordenacional ou penal que pode ser imputada ao técnico autor do projeto, em razão da violação de uma norma legal ou regulamentar que seja aplicável, a presente análise não incidiu sobre a adequação e suficiência da legislação referida pelos técnicos, nos termos que subscrevem.

A compatibilidade entre os projetos das especialidades e o projeto de arquitetura aprovado é da inteira responsabilidade do coordenador de projetos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do RJUE.

As falsas declarações prestadas nos termos de responsabilidade dos autores e coordenador de projetos integram o crime de falsificação de documentos, nos termos do n.º 2 do artigo 100.º do RJUE e artigo 256.º do Código Penal, sendo ainda puníveis como contraordenação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 98.º do RJUE, devendo ainda ser as mesmas



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Apoio à Gestão Urbanística

Divisão de Saneamento Liminar e Apoio ao Licenciamento

comunicadas à associação pública de natureza profissional respetiva, conforme preceituado no n.º 6 do artigo 10.º do RJUE.

Sempre que forem detetadas tais irregularidades nos termos de responsabilidade será efetuada a devida participação à respetiva associação pública de natureza profissional, ao Ministério Público e será instaurado o respetivo procedimento de contraordenação.

Por se tratar de uma operação urbanística com impacte semelhante a operação de loteamento, de acordo com a informação n.º 2179/INF/.../2021, e respetivo despacho ingresso em documentos digitais, haveria lugar ao pagamento de compensação urbanística, que não foi contudo considerada na liquidação das taxas do presente processo, no valor de 706,24€ (setecentos e seis euros e vinte e quatro cêntimos).

A entidade Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) goza de um benefício fiscal autónomo, diretamente concedido pelo Decreto-Lei n.º 40.397, de 24 de novembro de 1955, pelo que deve considerar-se que a mesma está isenta do pagamento de qualquer taxa urbanística, de acordo com o Despacho do Sr. Vereador Ricardo Veludo de 02.11.2020, atribuído à Informação nº 131/SG/DJ/DCAJ/2020.

Em face do exposto, propõe-se o deferimento do presente processo nas condições da presente informação e da folha de controlo, com a liquidação das taxas efetuada com base nos dados da Ficha de Elementos Estatísticos apresentada e validada, e no RMTRAUOC, conforme folha de taxas do presente processo.

À consideração superior,

Anexam-se os seguintes documentos:

- 2179/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2021
- folha de controlo para deferimento do pedido de edificação
- folha de taxas

O(A) Técnico(a)

(Eduardo Cunha Lopes, Eng.º (DMU/DAGU))



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Licenciamento Urbanístico
Divisão de Licenciamento Urbanístico

Folha n.º

Informação

N.º 32179/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2021

Data

26-08-2021

Assunto: Ampliação

Processo n.º 162/EDI/2020

Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Local: Av José Malhoa, 3-3B

Freguesia: Campolide

Despacho

Atendendo aos valores apresentados na ficha INE (elemento digital nº 161950/2021), verifica-se que existe uma área superfície de pavimento superior a 1800m², incluindo a existente e a área ampliada.

Neste sentido considera-se que a operação urbanística em análise consubstancia uma operação com impacte relevante enquadrando-se, deste modo, na alínea a) do ponto 1 do art.6º do RMUEL, a qual, nos termos conjugados do nº5 do artigo 44º do RJUE e dos artigos 87º e 88º do RPDML, está sujeita às cedências previstas para as operações de loteamento.

- Contudo, estas cedências são susceptíveis de serem dispensadas, mediante o pagamento da correspondente compensação, nas situações excecionais referidas no artigo 89º do RPDML.

- Analisada a presente situação, julga-se que estamos perante um caso em que se verificam qualquer uma das exceções referidas no artigo 89º do RPDML.

- Assim, em face do exposto, procedeu-se ao cálculo da compensação urbanística a que a operação está sujeita, conforme previsto no artigo 10º do RMUEL.

- Face aos parâmetros considerados no referido cálculo, afigura-se pertinente prestar os seguintes esclarecimentos:

- Foi solicitado ao requerente, através das informações técnicas anteriores, o preenchimento do quadro de dados urbanísticos contendo as superfícies de pavimento (existente e proposto) relativas à totalidade do prédio, tendo o mesmo sido apresentado (elemento digital nº 161949/2021).

- De acordo com a Planta de Ordenamento - Qualificação do Espaço Urbano, a propriedade encontra-se inserida em área classificada como "Espaço e Residencial – Traçado C Consolidado", art.40º do RPDML. Este espaço está categorizado na deliberação nº8/CM/2015 publicada em Boletim Municipal nº 1091 a 15 de Janeiro de 2015, aplicando-se o índice de edificabilidade de 1.2.

- Para obtenção dos valores de T=35% (Percentagem de terreno urbanizado para construção) e CL=3,10 (Coeficiente de localização), foi consultado, para o local da operação urbanística, os coeficientes do CIMI na base de dados informática da Autoridade Tributária Aduaneira.



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Licenciamento Urbanístico
Divisão de Licenciamento Urbanístico

Quanto ao valor de $F=0,30$ (Factor de ponderação fixado pela Assembleia Municipal, aplicável às operações urbanísticas para o cálculo de compensação), teve-se em atenção as disposições constantes na Deliberação nº 136/AML/2015 (Proposta nº 7-A/2015).

CONCLUSÃO:

Em conclusão, efectuou-se o cálculo com base nos dados e parâmetros urbanísticos acima indicados, tendo sido determinado o valor a pagar em compensação urbanística de € 706,24 (setecentos e seis euros e vinte e quatro cêntimos).

Alerta-se que este valor será aferido em sede de deferimento do processo.

Deverá ser dado conhecimento ao requerente:

- Tabela de cálculo de compensação urbanística - elemento digital nº 228250/2021

A Técnica

(Ana Barros, Arq^a (DMU/DLU/DLU))



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Apoio à Gestão Urbanística
Divisão de Saneamento Liminar e Apoio Ao Licenciamento

Folha Nº	
Processo Nº	162/EDI/2020
Assunto	Ampliação
Obra Nº	60437

CONTROLO FINAL PARA DEFERIMENTO DO PEDIDO DE EDIFICAÇÃO

ELEMENTOS A ENTREGAR PARA EMISSÃO DO ALVARÁ DE OBRA	
Estimativa actualizada	X
TR do director de obra construção/alteração	X
TR do director de obra de demolição	
Termo de responsabilidade escavação /contenção periférica	
TR do director fiscalização de obra construção/alteração	X
TR do director de fiscalização da obra de demolição	
Alvará de construção	X
Alvará de empreiteiro especializado em escavações/contenções	
Apólice de seguro de acidentes de trabalho	X
Apólice de seguro de responsabilidade civil	X
Apólice do seguro de construção	
Plano de segurança e saúde	X
Livro de obra	X

ELEMENTOS A ENTREGAR COM A INSTRUÇÃO DO PEDIDO: (X) DE UTILIZAÇÃO / () DE CONCLUSÃO DAS OBRAS	
Livro de obra	X
Certificado de exploração da instalação de ELECTRICIDADE	X
Certificado de exploração da instalação de TELECOMUNICAÇÕES	X
Certificado de exploração da instalação de GÁS	
Traçado definitivo do projecto de ÁGUAS aprovado	X
Certificado de exploração das instalações electromecânicas	X
TR da certificação do betão e das armaduras de acordo com as normas portuguesas	X
CE - Certificado Energético e da Qualidade do Ar Interior	X
Avaliação Acústica	X
Outorga da escritura	

CONDIÇÕES DE ALVARÁ DE OBRA		
Gerais Construtivas Especiais	Cumprir as disposições do nº 1 do artigo 71º do RMUEL, alíneas a), b), c), e), f), m), n), q), r), s), u)	X
	Transcrever parecer da _____ a folhas _____	
	Cumprir disposição do D 46427 e DL 273/03	X
	Comunicar as concessionárias início dos trabalhos de escavação	
	Construir entradas especiais nos passeios fronteiros aos vãos de porta destinados ao acesso de veículos automóveis devidamente reforçadas. Deverá ser solicitado aos serviços municipais o boleamento do lancil.	
	Ligar os tubos de queda das águas pluviais directamente a uma das caixas de visita da rede de esgotos do prédio, por não ser de autorizar a colocação de calhas nos passeios.	X
	Cumprir o despacho 53/75	X
	Dar Satisfação ao Art 135º do RGEU	X
	Dar Satisfação ao Art 110º do RMUEL	
	Dar Satisfação ao Art 67º do RMUEL	X
	Cumprir disposições do DL 46/08 de 12 de Março	X

Técnico Responsável de Obra	
Engenheiro civil ou Engenheiro Técnico Civil	X

LIQUIDAÇÃO DE TAXAS		
Prazo	18 Meses	X
Taxas	Obras executadas: () totalmente () parcialmente	
	A 1ª no valor de €	
	Compensação urbanística no valor de €	
Demolição	Demolição: () Total () Parcial	
	Pisos Demolidos:	
	Prazo:	

TRANSCRIÇÕES PARA O ALVARÁ DE OBRA	
O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras.	X
O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores.	X

NOTAS	
Alvarás	Demolição
Associados	OVP

OBSERVAÇÕES	
Aprovação do projecto de arquitectura e o deferimento em simultâneo.	

Data 27-04-2023	Engenheiro(a)	Eduardo Cunha Lopes (DMU/DRU/DIVLU)
-----------------	---------------	-------------------------------------

DESPACHOS	

TRANSCRIÇÕES PARA O ALVARA DA OBRA (Cont.)

Aos elementos de valor patrimonial dar o destino preconizado na inf. ____ folhas ____	
É da responsabilidade do titular da licença de obras a manutenção da(s) fachada(s) e empena(s)	X
A solução preconizada para a demolição é da responsabilidade do seu autor	X
Qualquer dano provocado às edificações confinantes, proveniente dos trabalhos de demolição, é da responsabilidade do titular da licença de Obras, que terá de proceder à sua reparação	X
As placas toponímicas serão entregues no depósito municipal	
<ul style="list-style-type: none">- Deverá ser cumprido o Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL), na parte aplicável.- Dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei 220/08 de 12 de Novembro, na redação atual.- Em caso de necessidade de Ocupação da Via Pública, deverá a mesma ser requerida.	

NOTAS (Cont.)

- Os projetos das especialidades são da responsabilidade dos seus autores, conforme disposto no nº 8 do Artigo 20º do Decreto-Lei nº 555/1999 de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014 de 09 de Setembro (RJUE), bem como o disposto no nº 2 do Artigo 114º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL).
- Nos termos do Despacho 92/P/2009 foi dispensada a consulta do DCMIV, referente ao processo 162/EDI/ESG/2020 e do DIEM, no caso do processo 162/EDI/VENT/2012, sendo da responsabilidade dos autores dos projetos o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

OBSERVAÇÕES (Cont.)

- Entregar comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviços, por parte da empresa responsável pela execução da obra, do director da obra, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 4, do artigo 22.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho.



Câmara Municipal de Lisboa

Processo: 162/EDI/2020

Procedimento: Licença - Ampliação

NIF: 500745471

Locais: Av José Malhoa, 3-3B

Taxa Administrativa

Agrupamento	Fórmula	Valor
Obras de demolição e o aditamento de alteração	$((3 \times Ea \times VUa) + (Td \times VUt))$	810,00 €
Obras de edificação e o aditamento de alteração	$((4 \times Ea \times VUa) \times C2) + (T \times VUt)$	3.105,00 €
Aditamento aos projectos de arquitectura ou de especialidades	$((VUa) \times \{3\})$	270,00 €

Valor total da taxa Administrativa: 4.185,00 €

Taxa TRIU

Fórmula	Valor	Redução	Valor da Redução	Acerto Manual	Valor Final
$SUM(A \times C3) \times VUtri$	3.246,93 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	3.246,93 €

Valor total da taxa TRIU: 3.246,93 €


Sub total: 7.431,93 €

Liquidação de Taxas: 7.431,93 €

Valor pago pela taxa de instrução: 1.800,00 €

Valor total a pagar: 5.631,93 €

O Técnico _____ / /

	Pagamento por Multibanco
Entidade:	11421
Referência:	013 356 149
Montante:	5.631,93

Variáveis usadas no cálculo das taxas

Variável	Descrição
C2	- Coeficiente que diferencia as intervenções de acordo com a localização, operação urbanística e uso a que se destina a edificação, que para efeitos deste calculo é de 1,50
C3	- Coeficiente que diferencia as intervenções de acordo com a localização e uso a que se destina a edificação.
Ea	- Escalão de área definido apartir do(a) N° Pisos Demolidos da unidade de intervenção, que para efeitos deste calculo é de 3
Ea	- Escalão de área definido apartir do(a) Superfície de Pavimento da unidade de intervenção, que para efeitos deste calculo é de 5
VUa	- Valor unitário obtido a partir da tabela de taxas e outras receitas municipais (actualizável anualmente), que para efeitos deste calculo é de 90€
VUt	- Valor unitário obtido a partir da tabela de taxas e outras receitas municipais (actualizável anualmente), que para efeitos deste calculo é de 22,50€
VUtriu	- Valor unitário obtido a partir da tabela de taxas e outras receitas municipais (actualizável anualmente), que para efeitos deste calculo é de 19,35€
T	- Prazo em meses para a execução das obras ou ocupação da via pública, que para efeitos deste calculo é de 18
TD	- Prazo em meses para a demolição das obras, que para efeitos deste calculo é de 0
A	- Área bruta de construção (medida em m2), por uso, acrescida pela operação urbanística

Dados de Uso/Superfície da TRIU

Área Consolidada - Espaço Central e Residencial - Traçado Urbano C Consolidado / Av José Malhoa 3-3B

Usos	Situação Existente	Situação Proposta	Diferença (A/F)	C3
	Superfície de Pavimento	Superfície de Pavimento		
Habitacional	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Turismo	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Equipamento	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Terciário	6.485,85 m²	6.527,80 m²	41,95 m²	4
Industrial	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Logística	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4
Produção Agrícola	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	4

Processo: 162/EDI/2020
Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Data receção: 04-02-2020
Estado: Aprovado

Procedimento: Licença
Op. Urbanística: Ampliação

Consulta de Apreciação

Pareceres/Despachos

Data	Técnico	Tipo	Sentido	Conclusões
15-05-2020	DMURB_DepLU_DivLU-Maria Madalena Tríncao Silva Cunha	Parecer	Indeferimento	Notifique-se a requerente nos termos e para os efeitos dos artigos 116º e 117º do Código do Procedimento Administrativo, para que, no prazo de 10 (dez) dias, seja dada satisfação ao solicitado na informação N.º 21217/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2020 de 13-05-2020. Deverá ser dado conhecimento à requerente do teor dos pareceres do Departamento de Higiene Urbana informação n.º INF/268/DHU/DMHU/CML/20 de 10-03-2020 (n.º elemento digital 57443/2020) e do Departamento de Gestão da Mobilidade Informação n.º INF 515/DGM/DMMCML/20 de 01-04-2020 (n.º elemento digital 56490/2020), como também do quadro do cálculo da compensação urbanística (n.º elemento digital 89764/2020). Mais se informa que o presente despacho foi elaborado em regime de teletrabalho. Ao Sr. Diretor do DLU, Arq. Nuno Morais: Face aos fundamentos mencionados na informação N.º 41283/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2020, de 8-10-2020, com a qual se concorda, a que acresce que deverá ser apresentado um levantamento fotográfico do interior do edifício, propõe-se notificar o requerente ao abrigo dos artigos 121º e 122º do CPA, para efeitos de audiência prévia. Deverá ser dado conhecimento dos pareceres do DGM (Doc. Digital n.º 170236/2020) e do DPE (Doc. Digital n.º 185485/2020) Mais se informa que o presente despacho foi elaborado em regime de teletrabalho. Proceder como proposto.
21-10-2020	DMURB_DepLU_DivLU-Maria Madalena Tríncao Silva Cunha	Parecer	Indeferimento	À Consideração do Sr. Diretor do DLU, Arq. Nuno Morais, Refere-se o presente processo ao pedido de licenciamento de um projeto de alteração e ampliação de um edifício de uso terciário sito na Avenida José Malhoa, 3 L 3B, freguesia de Campolide, inserido no Plano de Pomenor da Avenida José Malhoa. A proposta prevê, a reformulação essencialmente do interior e alterações exteriores, com o encerramento dos pórticos da galeria existente na fachada Sudeste, ao nível do embasamento do corpo que formaliza o acesso principal ao edifício o alinhamento da fachada com a transformação de alguns vãos de vidro em grelhagens horizontais que materializam a frente de compartimentos técnicos, alçado Nordeste e a abertura de vãos na fachada posterior do edifício, alçado Sudoeste. Considerando que os elementos apresentados através do processo 856/OTR/2021, respondem às questões colocadas na informação técnica 41283/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2020 de 08-10-2020, que da análise efetuada ao projeto de arquitetura (Doc. Digital n.º 19717/2021), se verifica que as alterações propostas não comprometem o preconizado no n.º 1 do Artigo 42º do RPDML, e nos termos do n.º 1 do artigo 20º do RJUE, do artigo 107º do RMUEL, e atendendo ainda ao determinado no n.º 2 do despacho 34/P/2013, ratificado pelo Boletim Municipal 1007 de 06-06-2013, a apreciação dos pedidos de licenciamento não deverá incidir sobre as matérias respeitantes ao interior das edificações, incluindo as que digam respeito a acessibilidades, sendo que eventuais incumprimentos serão da inteira responsabilidade do(s) projetista(s), conforme termos de
03-12-2020	DMURB_DepLU-Nuno Miguel Vasconcelos Abreu Flor de Morais	Parecer	Indeferimento	
11-05-2021	DMURB_DepLU_DivLU-Maria Madalena Tríncao Silva Cunha	Parecer	Aprovação	

				responsabilidade constantes do presente processo. Considerando que a proposta mereceu os pareceres Favoráveis do DHU, informação n.º INF/268/DHUA/DMHU/CM/L/20 de 03-10-2020 (Doc. Digital n.º 57443/2020) e do DGM, dado que foi apresentado Estudo de Tráfego e Acessibilidades devido à superfície de pavimento ser superior a 2000m2, informação n.º INF/934/DGM/DMM/CM/L/20 de 13-08-2020 e, atendendo às alterações propostas ao nível das galerias e o seu impacto na via pública, foi consultado o DEP que emitiu parecer Favorável Condicionado, informação N.º 7972/INF/DMURB_DepEP_DivGEP/GESTURBE/2021 de 23-02-2021 (Doc. Digital n.º 87336/2021).
11-05-2021	DMURB_DepLU-Nuno Miguel Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	Parecer	Aprovação	Atendendo à análise técnica efectuada e respectivo despacho, e em caso de concordância com as justificações do projectista quanto à impossibilidade da observância dos parâmetros de estacionamento por condicionalismos físicos e técnicos, julga-se que se poderão encontrar reunidas condições para se aprovar o projecto de arquitectura nos termos e com os fundamentos propostos, Ao DLU Concorde com a análise efectuada, sendo a operação viável. Contudo, o projeto deve, ainda, ser retificado quanto ao estacionamento previsto, no sentido de observar a captação mínima de estacionamento exigível à luz do artigo 75.º e Anexo X do PDM. Aliás, tal captação só não é cumprida por ser diminuído número de lugares de estacionamento atualmente existente, o que torna inaceitável o argumento invocado quanto à impossibilidade de cumprir a exigência de estacionamento, não havendo, deste modo, justificação para ser dispensado o cumprimento da captação mínima de estacionamento. Devem, ainda, ser observadas as condições estabelecidas no parecer favorável condicionado do Departamento de Espaço Público. Notifique-se a requerente para promover as retificações referidas, sob pena de indeferimento, nos termos do artigo 121.º e 122.º do CPA.
14-05-2021	DMURB-Rosália Russo (DMU)	Parecer	Indeferimento	À Consideração do Sr. Diretor do DLU, Arq. Nuno Moraes, Refere-se o presente processo ao pedido de licenciamento de um projeto de alteração e ampliação de um edifício de uso terciário sito na Avenida José Malhoa, 3 ç 3B, freguesia de Campolide, inserido no Plano de Pormenor da Avenida José Malhoa. A proposta prevê, a reformulação essencialmente do interior e alterações exteriores, com o encerramento dos pórticos da galeria existente na fachada Sudeste, ao nível do embasamento do corpo que formaliza o acesso principal ao edifício o alinhamento da fachada com a transformação de alguns vãos de vidro em grelhagens horizontais que materializam a frente de compartimentos técnicos, alçado Nordeste e a abertura de vãos na fachada posterior do edifício, alçado Sudoeste. Considerando que os elementos apresentados através do processo 8635/IOTR/2021, respondem às questões colocadas na informação técnica N.º 18257/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2021 de 07-05-2021 e respetivo despacho superior exarado 14-05-2021, que da análise efectuada ao projeto de arquitectura (Doc. Digital n.º 161954/2021), verifica-se que as alterações propostas não comprometem o disposto no n.º 1 do Artigo 42º do RPDML, cumprem a captação mínima de estacionamento conforme preconizado no artigo 75.º e Anexo X do RPDML, e nos termos do nº 1 do artigo 20º do RJUE, do artigo 107º do RMUEL, e atendendo ainda ao determinado no nº 2 do despacho 34/P/2013, retificado pelo Boletim Municipal 1007 de 08-06-2013, a apreciação dos pedidos de licenciamento não deverá incidir sobre as matérias respeitantes ao interior das edificações, incluindo as que digam respeito a acessibilidades, sendo que eventuais incumprimentos serão da inteira responsabilidade do(s) projetista(s), conforme termos de responsabilidade constantes do presente processo. Considerando

13-09-2021	DMURB_DepLU_DivLU-Maria Madalena Trincão Silva Cunha	Parecer	Aprovação	que a proposta mereceu os pareceres Favoráveis do DHU, informação n.º INF/268/DHUIDMHU/CML/20 de 03-10-2020 (Doc. Digital n.º 57443/2020) e do DGM, dado que foi apresentado Estudo de Tráfego e Acessibilidades devido à superfície de pavimento ser superior a 2000m2, informação n.º INF/934/DGM/DMM/CML/20 de 13-08-2020 e, atendendo às alterações propostas ao nível das galerias e o seu impacto na via pública, foi dada resposta às condicionantes do DEP que emitiu parecer Favorável, informação N.º 28935/INF/DMURB_DepEP_DivGEP/GESTURBE/2021 de 30-07-2021 (Doc. Digital n.º 208340/2021). Considerando que os elementos a demolir não têm interesse arquitetónico relevante (Fotografias Doc. Digital n.º 19720/2021 e 20888/2021), propõe-se a aceitação do enquadramento das demolições propostas, referentes à reformulação do interior, na alínea e) do n.º 1 do artigo 45º do RPDML. Caso superiormente se concorde com o enquadramento proposto para as demolições, verifica-se que estão reunidas as condições para se propor aprovação do projecto de arquitectura, nos termos e fundamentos expressos na informação técnica N.º 32183/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2021 de 26-08-2021. Tendo em consideração as características da pretensão e o seu enquadramento na alínea a) do n.º 1 do artigo 6º do RMUEL, deverá ser dado conhecimento da informação N.º 32179/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2021 de 26-08-2021 (Doc. Digital n.º 228275) e da respectiva Tabela de Cálculo de Compensação Urbanística (Doc. Digital n.º 228250/2021), alertando-se no entanto que o valor em causa poderá ser alterado, atendendo que as compensações urbanísticas só serão aferidas no momento do deferimento da pretensão. Deverá ser dado conhecimento do teor do parecer do DEP (Doc. Digital n.º 208340/2021). O presente despacho foi elaborado em regime de teletrabalho.
13-09-2021	DMURB_DepLU-Nuno Miguel Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	Parecer	Aprovação	Atendendo à análise técnica efetuada e respetivo despacho, com o qual concordo, julga-se que se encontram reunidas condições para se aprovar o projeto de arquitetura nos termos e com os fundamentos propostos.
20-09-2021	DMURB-Rosália Russo (DMU)	Parecer	Aprovação	Exmo. Senhor Vereador Ricardo Veludo Concorde. Na sequência da audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do CPA, foi ingressa uma última versão do projeto de arquitetura, sob o registo 6635/OTR/2021, a qual vem responder favoravelmente às questões relacionadas com a captação mínima de estacionamento exigível à Luz do artigo 75.º e Anexo X, ambos do RPDML, bem como quanto às condições estabelecidas no parecer favorável condicionado do Departamento de Espaço Público, o qual se pronunciou favoravelmente sobre esta última versão. Termos em que proponho a aprovação do projeto de arquitetura, verificados que estão os pressupostos consignados no Artigo 20.º, n.º 1, do RJUE.
23-09-2021	Gav_Ricardo Veludo-Ricardo Veludo	Despacho	Aprovação	Aprovo. Nos termos e com os fundamentos contantes na informação e despachos inseridos no sistema GESLIS e que se anexam ao presente despacho.
28-04-2023	DMURB_DepAGU_DivSLAL-Eduardo Cunha Lopes (DMU/DRU/DIVLU)	Parecer	Deferimento	Propõe-se o deferimento do presente processo
29-04-2023	DMURB_DepAGU_DivSLAL-Cristina Lopes (DMU/DAGU/DSLAL)	Parecer	Deferimento	Exma. Senhora Vereadora, O presente pedido encontra-se abrangido pelo Despacho nº 172/P/2022, que definiu a otimização da cadeia de decisão para obras de menor impacto urbanístico. Proponho o deferimento do pedido de licenciamento, devendo a execução das obras observar as condições constantes na folha de controlo. Pela Diretora do Departamento de Apoio à Gestão Urbanística, A Chefe da Divisão de Saneamento Liminar e Apoio ao Licenciamento Por subdelegação de competências Despacho n.º 3/DMU/DAGU/2022 1º Sup. Ao B.M. n.º 1481 07/07/2022

Folhas de Controlo

Folha Verde

Folha Triu
